



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS**

**Processo nº** 19515.002527/2006-09  
**Recurso nº** Especial do Procurador  
**Acórdão nº** 9202-007.373 – 2ª Turma  
**Sessão de** 28 de novembro de 2018  
**Matéria** IRPF  
**Recorrente** FAZENDA NACIONAL  
**Interessado** MILSON DOS ANJOS SILVA

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF**

Ano-calendário: 2001

DECADÊNCIA. MULTA ISOLADA. TERMO INICIAL. PRIMEIRO DIA DO EXERCÍCIO SEGUINTE ÀQUELE EM QUE O LANÇAMENTO PODERIA TER SIDO EFETUADO.

O prazo decadencial para constituição de obrigações tributárias relativas à multa isolada por falta de recolhimento do carnê-leão é de cinco anos e deve ser contado nos termos do art. 173, inciso I, do CTN, uma vez que, nesta hipótese, não há pagamento a ser homologado pela Fazenda Pública.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em conhecer do Recurso Especial e, no mérito, em dar-lhe provimento, com retorno dos autos ao colegiado de origem, para apreciação das demais questões do recurso voluntário.

(assinado digitalmente)

Maria Helena Cotta Cardozo - Presidente em Exercício.

(assinado digitalmente)

Ana Cecília Lustosa da Cruz - Relatora.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira, Patrícia da Silva, Pedro Paulo Pereira Barbosa, Ana Paula Fernandes, Mário Pereira de Pinho Filho, Ana Cecília Lustosa da Cruz, Rita Eliza Reis da Costa Bacchieri e Maria Helena Cotta Cardozo (Presidente em Exercício).

## Relatório

Trata-se de Recurso Especial interposto pela Procuradoria da Fazenda Nacional contra o Acórdão n.º 2101-001.097 proferido pela 1<sup>a</sup> Turma Ordinária da 1<sup>a</sup> Câmara da 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento do CARF, em 11 de maio de 2011, no qual restou consignada a seguinte ementa, fls. 209:

*ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA  
IRPF*

*Exercício: 2002*

*MULTA ISOLADA. DECADÊNCIA. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. APPLICABILIDADE, À HIPÓTESE, DO PRAZO DECADENCIAL CAPITULADO PELO ART. 150, §4º, DO CTN.*

*Sendo certo que a multa isolada, no caso do IRPF, é devida nas hipóteses em que o sujeito passivo deixa de recolher, antecipadamente, o imposto de renda por meio de carnê-leão, deve-se aplicar à constituição da referida penalidade o prazo previsto no art. 150, §4º, do CTN.*

*Hipótese em que o auto de infração foi notificado ao contribuinte após o decurso do prazo decadencial.*

*Recurso provido.*

Da mencionada decisão, foi interposto **Recurso Especial pela Procuradoria da Fazenda Nacional**, fls. 214 e seguintes, houve sua admissão, por meio do **Despacho** de fls. 275 a 277, para rediscutir a decisão recorrida no tocante à **Decadência relativa à multa isolada**.

Em seu recurso, aduz a Fazenda, em síntese, que:

- a) *como pode ser observado, deve-se ter em mente que o litígio em questão se refere à cobrança de multa isolada, que é uma penalidade exclusiva de competência exclusiva da autoridade lançadora, não sendo possível enquadrar tal penalidade como lançamento por homologação, nos moldes do art. 150, § 4º, do CTN, pois jamais haverá ato por parte do sujeito passivo a ser homologado, tácita ou expressamente;*
- b) *não se operou a decadência, com base no dispositivo aplicável ao caso, art. 173, inciso I, do CTN.*

Intimado, o Contribuinte apresentou Contrarrazões, fls. 295 e seguintes, nas quais sustenta que:

- a) *o não conhecimento do recurso especial interposto pela Procuradoria da Fazenda;*
- b) *ainda que se entenda ser possível o deslocamento da decadência do direito de lançar o crédito tributário relativo a*

*tributos sujeitos a lançamento por homologação do art. 150, § 4º para o art. 173, I, do CTN, o aludido deslocamento só ocorrerá se deslocado também o prazo decadencial do próprio tributo;*

*c) a multa isolada é acessória e deve seguir a mesma regra do tributo;*

*d) requer a manutenção da decisão recorrida.*

É o relatório.

## Voto

Conselheira Ana Cecília Lustosa da Cruz - Relatora

### 1. Do conhecimento

Aduz o Contribuinte que a Procuradoria da Fazenda não se desincumbiu do ônus de comprovar o dissídio relativo à interpretação dada à lei tributária, razão pela qual não deve ser conhecido o recurso da Fazenda.

Apesar dos argumentos colacionados pelo Recorrido, entendo pelo conhecimento do recurso, nos termos do Despacho de admissibilidade, consoante trechos abaixo transcritos:

*Neste passo, resta integralmente comprovado o dissídio jurisprudencial invocado pela PFN, posto que ambos os acórdãos tratam de tributo sujeito ao lançamento por homologação, mas o acórdão paradigma manifestou entendimento de que, em se tratando de penalidade (multa isolada), em decorrência da falta de antecipação do imposto, aplica-se a regra decadencial estabelecida no artigo 173, inciso I, do CTN, enquanto no acórdão recorrido entendeu-se que a penalidade isolada, na mesma hipótese, segue a regra decadencial do tributo (artigo 150, §4º, do CTN).*

*Em face ao exposto, proponho seja dado seguimento ao recurso especial.*

Portanto, conheço do Recurso Especial interposto pela Procuradoria da Fazenda.

### 2. Da decadência.

Conforme narrado, a controvérsia constante dos autos gravita em torno da aplicação do prazo decadencial à multa isolada, se seria a regra do art. 150, §4º, do CTN ou o art. 173, inciso I, do mesmo diploma legal.

Quanto à referida multa isolada por falta ou insuficiência de recolhimento do carnê-leão, a regra decadencial aplicável é a do art. 173, inciso I, do CTN, pois trata-se de penalidade e o seu crédito só pode ser constituído a partir do lançamento de ofício realizado pela autoridade fiscal.

Assim, não há que se falar em homologação de lançamento, restando afastada a regra disposta no art. 150, §4º, do CTN.

Acerca do tema, destaca-se o seguinte julgado:

*DECADÊNCIA. MULTA E JUROS ISOLADOS. TERMO DE INÍCIO.*

*As multas e os juros lançados isoladamente decorrem de lançamento de ofício e, por decorrência, não se submetem, para fins da contagem do prazo da decadência do poder-dever em constituir o crédito tributário, às regras do lançamento por homologação. Assim o prazo decadencial começa a fluir a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele que o lançamento do crédito tributário poderia ter sido efetuado, nos termos do art. 173, I, do CTN.*

(Número do Processo: 10980.016579/200774; Recurso Voluntário; Data da Sessão: 08/03/2016; Relator(a) JOÃO BELLINI JUNIOR; Acórdão nº: 2301004.531)

Dessa forma, o início da contagem do prazo decadencial começou no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, ou seja, no caso dos autos, o fato gerador ocorreu em 31/12/2001. Logo, para ano-calendário de 2001, a contagem do prazo decadencial começou em 1º de janeiro de 2003, encerrando-se em 1º de janeiro de 2008.

Assim, uma vez que foi dada ciência ao contribuinte do auto de infração, em 2 de janeiro de 2007, não se operou a decadência reclamada pelo Contribuinte.

Diante do exposto, voto por conhecer do Recurso Especial interposto pela Procuradoria da Fazenda e, no mérito, dar-lhe provimento, com retorno dos autos para a análise das demais questões constantes no recurso voluntário.

(assinado digitalmente).

Ana Cecília Lustosa da Cruz